

MPPR denuncia integrantes de organização criminosa de Cidade Gaúcha que lucrou, em seis meses, R\$ 800 mil com tráfico de drogas

Criminal

Postado em: 12/06/2018

O Ministério Público do Paraná ofereceu denúncia por crimes de organização criminosa armada e tráfico de drogas contra nove pessoas, incluindo um investigador de polícia de Cidade Gaúcha, no Noroeste paranaense. O policial civil também foi acusado do crime de corrupção passiva majorada. Iniciadas há cerca de oito meses pela Promotoria de Justiça da comarca, em conjunto com o núcleo de Maringá do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), as investigações revelaram que os integrantes da organização criminosa levavam à cidade, utilizando barcos, grandes quantidades de drogas trazidas do Mato Grosso do Sul e de outras regiões do Paraná. Em seguida, as drogas eram escondidas em compartimentos secretos de caminhões e transportadas para São Paulo e Rio de Janeiro. Em 11 de abril, um caminhão com carregamento de drogas da organização foi abordado pela Polícia Rodoviária em Rolândia, no Norte Central do Estado. Foram encontrados, em compartimento secreto, 535 tabletes de maconha com cerca de 457 quilos. De acordo com as apurações do Ministério Público do Paraná, o investigador de polícia fazia parte da organização criminosa e tinha papel fundamental no esquema de transporte de drogas, pois dava proteção e amparo às ações dos demais integrantes do grupo, mantendo estreito vínculo com o chefe do grupo. Contabilidade - Com a deflagração da Operação Carricare, em 12 de abril, para combater os crimes da organização, foram apreendidas anotações referentes à sua contabilidade. Os documentos revelaram que o grupo comercializava toneladas de drogas e movimentava grande quantidade de dinheiro, registrando os custos das operações ilícitas (inclusive com o pagamento de propina a agentes públicos) e os lucros obtidos com o tráfico. Segundo as anotações, em um período aproximado de seis meses, o grupo teve rendimento líquido superior a R\$ 800 mil. Nos cadernos apreendidos, também estava anotado o apelido do investigador de polícia e a menção a pagamentos de "pedágios", termo usado como referência às propinas pagas a servidores públicos. Conforme as investigações do MPPR e o teor dos documentos apreendidos, há indícios de que o investigador recebeu, em diferentes ocasiões, quantias de R\$ 5 mil de propina. Após receber a denúncia, o Juízo Criminal de Cidade Gaúcha decretou a prisão preventiva de oito dos nove denunciados. Uma mulher, que também fazia parte do grupo, foi submetida a medidas cautelares diversas da prisão, por ter filhos menores de 12 anos. Ela está proibida de se ausentar da comarca e obrigada a permanecer em casa no período noturno e nos dias de folga, além de usar tornozeleira eletrônica. A Justiça determinou ainda, atendendo pedido do MPPR, o sequestro e o bloqueio de bens de todos os acusados. Informações para a imprensa:

Assessoria de Comunicação

(41) 3250-4249